
EXPANSÃO E EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO EM DEBATE**EXPANSIÓN Y EMPRESARIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN PROFESIONAL TÉCNICA DE NIVEL MEDIO EN DEBATE****EXPANSION AND ENTREPRENEURSHIP OF PROFESSIONAL TECHNICAL EDUCATION AT SECONDARY LEVEL SCHOOLING IN DEBATE**Élcia Esnarriaga de Arruda¹Sílvia Helena Andrade de Brito²

Resumo: O objeto deste artigo é a expansão e empresariamento da educação profissional técnica de nível médio no Brasil, apresentando também dados sobre Mato Grosso do Sul, entre 2001 a 2011. O objetivo é analisar a expansão e empresariamento da educação profissional técnica. Os procedimentos metodológicos incluíram pesquisa documental e bibliográfica. Enfatize-se que no empresariamento da educação profissional, no Brasil e em Mato Grosso do Sul, durante o período estudado, verificou-se períodos de oscilação: entre 2001 a 2004, o setor privado apresentou um crescimento maior; e entre 2005 a 2011, o setor estatal expandiu-se mais. De toda forma, é importante salientar que ambos estiveram sempre em expansão.

Palavras-chave: Educação técnica; empresariamento da educação; educação profissional.

Resumén: El objeto de este artículo es la expansión y empresarización de la educación profesional técnica de nivel medio en Brasil, incluyéndose también datos sobre la provincia de Mato Grosso do Sul, entre 2001 y 2011. El objetivo es analizar la expansión y empresarización de la educación profesional técnica. Los procedimientos metodológicos han incluido investigación documental y bibliográfica. Hay que enfatizar que en la empresarización de la educación profesional, en Brasil y en Mato Grosso do Sul, durante el período estudiado, se verificó períodos de oscilación: entre 2001 y 2004, el sector privado presentó un crecimiento más grande; y entre 2005 y 2011, el sector estatal tuvo mayor expansión. De cualquier forma, es importante destacar que ambos estuvieron siempre en expansión.

Palabras-clave: Educación técnica; empresarización de la educación; educación profesional.

Abstract: The subject of this article is the expansion of the entrepreneurship of technical professional education at the middle school level in Brazil, also presented in data on the state of Mato Grosso do Sul, between 2001 and 2011. The objective was to analyze the expansion and the entrepreneurship of professional education, in Brazil and in Mato Grosso do Sul. Methodological procedures included documental and bibliographic research. It is emphasized that entrepreneurship of professional education in Brazil and Mato Grosso do Sul had moments of oscillation during the study period: between 2001 and 2004, the private sector presented a larger growth, and between 2005 and 2011, the state sector expanded even more. In both cases, expansion was evidenced.

Keywords: Technical education; entrepreneurship of education; professional education.

A educação profissional técnica de nível médio (EPTM), desde o momento histórico em que passou a ser considerada de forma mais sistemática pelo Estado, nos anos 1930, tem sido objeto de amplas discussões, quer pelos organismos governamentais, quer pela academia. Assim, embora o debate já

esteja posto há cerca de oitenta anos no Brasil, defende-se aqui a necessidade de continue a ser questionado: eis a razão fundamental que levou à proposição deste artigo.

Todavia, para tanto, faz-se necessário que a EPTM, privada ou estatal, seja tratada à luz do movimento da sociedade na qual está inserida: trata-se, portanto, de tomar como ponto de partida da discussão a lógica que preside a sociedade produtora de mercadoria, a sociedade capitalista (SANFELICE, 2010; SOUZA et. al, 2003).

Na direção acima indicada, cabe lembrar que nos séculos XX e XXI ocorreu uma ampla expansão dos serviços escolares, entre eles aqueles proporcionados pela educação profissional. Esse fato, bastante lembrado pela bibliografia produzida sobre o tema (ARRUDA; KINJO, 2007; HADDAD, 2008; IPEA, 2011), porém, nem sempre tem sido tratado de forma histórica, principalmente questionando-se o porquê dessa expansão.

É importante lembrar-se também que tem sido defendida a presença do Estado, e tem sido reclamada sua atuação na educação profissional técnica de nível médio, principalmente pela expansão do ensino integrado, isto é, que articule a formação profissional e a formação geral (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2006). Apesar desse reclamo, o que é significativo quando de trata da educação profissional no Brasil é a forte presença da iniciativa privada, ao longo de todo o seu processo de constituição (IBGE, 2009; SANTOS; RODRIGUES, 2012). Essa presença inclui tanto iniciativas como a criação e manutenção de um sistema educativo profissional que, embora gerido pela iniciativa privada, é mantido majoritariamente com verbas estatais, como o Sistema S; mas inclui também um conjunto de empresas privadas que vem oferecendo educação profissional, desde o nível básico, passando pelo técnico (ensino médio) e chegando ao tecnológico (ensino superior). São particularmente essas empresas que o presente artigo procura destacar, especialmente aquelas que oferecem a EPTM no Brasil e em Mato Grosso do Sul³.

Consideradas as premissas acima apresentadas, este artigo visa discutir o empresariamento da EPTM no Brasil e em Mato Grosso do Sul, na primeira década do século XXI, problematizando quais seriam as funções da educação profissional em geral e daquela oferecida pelas empresas privadas, em especial. Para tal, o artigo divide-se em duas partes: a primeira, na qual são referidos os dados empíricos sobre a presença da iniciativa privada na EPTM, tanto no Brasil, como em Mato Grosso do Sul; e a segunda quando, à guisa de considerações finais, são apresentadas alguns elementos para um debate acerca do empresariamento da educação profissional técnica de nível médio, no país.

A educação profissional técnica de nível médio no período 2001-2011 no Brasil e em Mato Grosso do Sul: parâmetros legais e processo de expansão

Considerando o eixo desse trabalho, após a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em 1996 (BRASIL, 1996a), os marcos legais que pautaram a EPTM privada, durante o período 2001-2001, foram: o Decreto Federal n. 2.208/1997 (BRASIL, 1997), e o parecer CNE/CEB n. 16/1999 (BRASIL, 1999a), que fundamenta a Resolução n. 04/1999 (BRASIL,

1999b), vigentes durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC); o Decreto Federal n. 5.154/2004 e a Lei n. 11.195/2005 (BRASIL, 2005), que foi implantada a partir do governo Lula da Silva.

Como destaque em relação ao estatuto legal vigente no governo FHC, cite-se o artigo 5º do Decreto Federal n. 2.208/1997, onde se dizia que “[...] A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou seqüencial a este” (BRASIL, 1997). Na prática, portanto, impunha-se o modelo de EPTM subsequente ou concomitante a todo o sistema, o que, até aquele momento, só vinha ocorrendo majoritariamente na educação profissional técnica de nível médio privada.

Foi reforçado, assim, o dualismo que já vinha, em termos históricos, demarcando os limites existentes entre o ensino médio de formação geral, propedêutico; e a educação profissional, pensada como forma de ingresso no mercado de trabalho (NEY, 2006).

Além disso no artigo 8º, ao tratar da perspectiva pedagógica da EPTM, previa-se a possibilidade de organização dos cursos na forma de módulos, que poderiam ser realizados em diferentes instituições credenciadas; reafirmava-se mais uma vez, contudo, que os certificados de técnico só seriam conferidos aos alunos que provassem a conclusão do ensino médio (BRASIL, 1997).

Nessa direção, a lei facilitava a manutenção dos cursos privados, visto que isso facultaria à empresa educacional a abertura ou fechamento de cursos, de acordo com a disponibilidade de mercado, isto é, a existência de demanda; facilitava a existência de cursos nas escolas estatais, nos mesmos moldes; e mais uma vez afirmava as modalidades de EPTM concomitante ou subsequente ao ensino médio regular. Assinale-se também que foi no âmbito desse escopo legal que a EPTM privada conheceu sua expansão mais significativa no período estudado, tanto no Brasil como em Mato Grosso do Sul, como será mostrado com os dados apresentados na sequência deste artigo.

Ainda em relação ao aspecto legal, um novo conjunto de medidas legislativas se fizeram presentes a partir da segunda metade dos anos 2000, e acompanharam as mudanças concernentes sobretudo à forma de organização da EPTM estatal. Nesse sentido, o Decreto Federal n. 5.154/2004 (BRASIL, 2004b), acompanhado pelas leis federais n. 11.195/2005 (BRASIL, 2005) e, principalmente, a de n. 11.741/2008 (BRASIL, 2008)⁴, ampararam, pelo menos em termos legais, as iniciativas voltadas para a forma integrada de articulação entre o ensino médio de formação geral e a EPTM. Pela nova legislação, esta articulação pode ser dar pela integração dos ensinos médio e profissional, numa única instituição e num único curso; ou pela sua realização de forma concomitante, em dois cursos paralelos, numa mesma ou em instituições distintas. Além disso, permanecem os cursos subsequentes, destinados aos egressos do ensino médio.

Saldanha (2012) assinala, no entanto, que os cursos integrados ficaram restritos fundamentalmente às instituições federais, exceto algumas poucas experiências nas redes estaduais de ensino. No caso da iniciativa privada, como tradicionalmente ela não se voltara para o ensino profissional integrado, continuou sua trajetória oferecendo o ensino concomitante ou subsequente ao ensino médio regular.

Considerando tais parâmetros legais, são apresentados a seguir os dados acerca da expansão da EPTM, no Brasil e em Mato Grosso do Sul, na primeira década do século XXI. Os dados serão apresentados na série histórica 2001-2011 e analisados em dois intervalos: 2001-2005 e 2005-2011. A escolha dos intervalos considerou os marcos legais federais mais significativos no período, e que implicaram em mudanças na forma de organização da educação profissional técnica de nível médio no Brasil (EPTM), bem como estabeleceram novas prioridades, como já apontado anteriormente. Considerando o recorte temporal estabelecido para esse trabalho, vale lembrar que os instrumentos legais estabelecidos no governo FHC tiveram impacto fundamentalmente entre 2001-2005, enquanto que aqueles estabelecidos no governo Lula tiveram reflexos no período 2005-2011.

Os primeiros dados referem-se *ao número de estabelecimentos* que oferecem EPTM e sua respectiva *dependência administrativa* (tabela 1).

Tabela 1 Brasil - Estabelecimentos

Varição do número de estabelecimentos de EPTM, por dependência administrativa (2001 – 2011)						
Estabelecimentos	2001	%	2005	%	2011	%
Federal	124	100,0	146	17,7	336	171,0
Estadual	600	100,0	632	5,3	1.117	86,2
Municipal	99	100,0	134	35,4	107	8,1
Privada	1.511	100,0	2.318	53,4	2.541	68,2
TOTAL	2.334	100,0	3.230	38,4	4.101	75,7

Estabelecimentos	2005	%	2011	%
Federal	146	100,0	336	130,1
Estadual	632	100,0	1.117	76,7
Municipal	134	100,0	107	-20,1
Privada	2.318	100,0	2.541	9,6
TOTAL	3.230	100,0	4.101	27,0

Fonte: INEP, 2001–2011.

No Brasil, ao analisar-se o *número total de estabelecimentos* no período 2001-2005, verifica-se uma expansão de 38,4% (tabela 1), enquanto que no período seguinte o ritmo é mais lento (27,0%). Ainda ao analisar a *dependência administrativa dos estabelecimentos*, no Brasil, constata-se que no período de 2001-2005 a expansão do número de estabelecimentos ocorreu na rede privada, enquanto no período de 2005-2011 a expansão foi maior na rede pública: entre 2005-2011 a rede privada cresceu 9,6%, enquanto que no mesmo período o crescimento da rede estatal foi de 62,2%, em média, considerando as três sub-redes (federal, estadual e municipal). Apesar desse crescimento no último período a rede estatal detinha, em

2011, apenas 38,0% dos estabelecimentos, enquanto a rede privada possuía 68,2% dos estabelecimentos que ofereciam EPTM.

Em Mato Grosso do Sul, verificou-se uma expansão maior no *número de estabelecimentos* no primeiro período, da ordem de 287,5%, enquanto que no seguinte – entre 2005 e 2011 – a expansão foi de 64,5%.

Tabela 2 Mato Grosso do Sul – Estabelecimentos

Variação do número de estabelecimentos de EPTM, por dependência administrativa (2001 – 2011)						
Estabelecimentos	2001	%	2005	%	2011	%
Federal	0	100,0	0	0,0	0	0,0
Estadual	0	100,0	2	0,0	23	0,0
Municipal	0	100,0	0	0,0	0	0,0
Privada	8	100,0	29	262,5	28	250,0
TOTAL	8	100,0	31	287,5	51	537,5

Estabelecimentos	2005	%	2011	%
Federal	0	100,0	0	0,0
Estadual	2	100,0	23	1.050,0
Municipal	0	100,0	0	0,0
Privada	29	100,0	28	-3,4
TOTAL	31	100,0	51	64,5

Fonte: INEP 2001–2011

Em Mato Grosso do Sul, como mostra a tabela 2, o setor privado também cresceu mais entre 2001 e 2005 (262,5%), enquanto que o crescimento maior no setor estatal foi registrado no período 2005-2011 (1.050,0%), tendência esta já verificada nos dados nacionais.

Também em Mato Grosso do Sul, em 2011, o setor privado detinha 62,0% dos estabelecimentos, enquanto que o estatal 38,0%. A aproximação do quantitativo de estabelecimentos estatais e privados em Mato Grosso do Sul em 2011 – 23 estabelecimentos estatais e 28 privados – quando comparado ao país como um todo, também foi devida à expansão dos estabelecimentos estatais no estado entre 2001-2011, que foi de 21 estabelecimentos.

Considerando que o número de estabelecimentos pode não dar a dimensão exata do movimento da EPTM, apresenta-se, também, o *número de matrículas*.

Tabela 3 Brasil - Matrículas

Variação do número de matrículas de EPTM, por dependência
--

administrativa (2001 – 2011)						
Dependência adm.	2001	%	2005	%	2011	%
Federal	56.579	100,0	83.762	48,0	97.610	72,5
Estadual	159.745	100,0	188.042	17,7	313.687	96,4
Municipal	15.412	100,0	23.545	52,8	22.335	44,9
Privada	230.522	100,0	411.914	78,7	559.555	142,7
TOTAL	462.258	100,0	707.263	53,0	993.187	114,9

continuação

Estabelecimentos	2005	%	2011	%
Federal	83.762	100,0	97.610	16,5
Estadual	188.042	100,0	313.687	66,8
Municipal	23.545	100,0	22.335	-5,1
Privada	411.914	100,0	559.555	35,8
TOTAL	707.263	100,0	993.187	40,4

Fonte: INEP 2001–2011.

A tabelas 3 apresenta os dados nacionais e indicam, de forma geral, expansão no número de matrículas, de 2001-2011, tanto no setor estatal (87,1%), quanto no privado (142,7%). Aponta, também, maior expansão do setor privado de 2001 a 2005 (78,7%), enquanto que no período de 2005-2011, o maior crescimento foi registrado no setor estatal (46,8%).

Em Mato Grosso do Sul (tabela 4), a expansão no número de matrículas foi registrada tanto no setor estatal, como no privado. Em 2005, o setor estatal representava 11,5% das matrículas, enquanto que o setor privado representava 88,5%. A expansão de matrículas ocorreu de tal forma que, em 2011, o setor privado detinha 61,7% das matrículas, enquanto o setor estatal, 38,3%.

Tabela 4 Mato Grosso do Sul - Matrículas

Variação do número de matrículas de EPTM, por dependência administrativa (2001 – 2011)*						
Dependência adm.	2001	%	2005	%	2011	%
Federal	0	100,0	0	0,0	0	0,0
Estadual	0	100,0	581	581,0	3.575	515,3
Municipal	0	100,0	0	0,0	0	0,0
Privada	778	100,0	4.465	473,9	5.753	639,5
TOTAL	778	100,0	5.046	548,6	9.328	1.099,0

Estabelecimentos	2005	%	2011	%

Federal	0	100,0	0	0,0
Estadual	581	100,0	3.575	515,3
Municipal	0	100,0	0	0,0
Privada	4.465	100,0	5.753	28,8
TOTAL	5.046	100,0	9.328	84,9

* Dados apenas dos estabelecimentos que ofereciam cursos nas modalidades de ensino concomitante e subsequente, os únicos então existentes no estado.

Fonte: INEP 2001-2011.

Em outras palavras, houve uma variação positiva nos dois setores no número de matrículas entre 2005 e 2011, embora mais expressiva para o setor estatal – 515,3% - quando comparado ao setor privado, cuja variação alcançou um acréscimo de 28,8% no número de alunos matriculados (tabela 4). Embora o crescimento no setor estatal tenha sido maior no período de 2005-2011, tanto no número de estabelecimentos quanto no número de matrículas, termina-se 2011 com o setor privado com a maior fatia do mercado de EPTM.

À guisa de discussão: questionamentos acerca da educação profissional técnica de nível médio privada no Brasil e em Mato Grosso do Sul, entre 2001 e 2010

Partindo dos dados acima referenciados, faz-se necessário, nesta parte final do presente artigo, retomar alguns dos pressupostos que balizaram as discussões deste trabalho.

Quando os anos 1990 e 2000 são olhados de forma retrospectiva, evidencia-se que, a busca por escolarização, em função da propalada tese da teoria do capital humano – que afirma ser a qualificação do trabalhador necessária para garantir a inserção do mesmo no sistema produtivo (SCHULTZ, 1973); bem como a existência de uma força de trabalho disponível no mercado (DEDECCA, 1996), têm sido alguns dos móveis que geraram a clientela escolar, em particular, aquela que seria voltada para a educação profissional. Além disso o capital, que sob os monopólios subordinou toda a vida do indivíduo ao mercado e, que dada a sua incontrolabilidade (MÉSZÁROS, 2002), busca sua reprodução em setores até então pouco explorados, encontrou no oferecimento de serviço escolar uma nova “fronteira” para sua reprodução.

Dessa forma, estavam criadas as condições para a expansão escolar. Entre as oportunidades abertas colocou-se a educação profissional, considerando principalmente as mudanças que atingiram a classe trabalhadora e as políticas para ela propostas, no campo da educação, sobretudo a partir dos anos 1990 (BRITO, 2008), num contexto de crise da sociedade capitalista.

No bojo desta crise, em relação ao mundo do trabalho, o ponto nevrálgico tem sido a questão do desemprego. Para solucioná-lo, o Estado sublinhou, desde os anos 1990, a necessidade de aumentar a empregabilidade do trabalhador, por meio de propostas voltadas para a sua qualificação, nas quais a educação ganhou destaque (BRASIL, 1996b; 2004a; 2007; 2010). Assim, as políticas de Estado para o mundo do trabalho no Brasil, desde os anos 1990, têm sido marcadas pela ênfase na “qualificação/requalificação” profissional, baseadas num diagnóstico que associa o

desemprego/subemprego à má formação do trabalhador (baixa escolaridade e formação para o trabalho precária).

Para compensar esses processos, vistos pelos organismos multilaterais, pelo Estado no Brasil e suas agências como parte necessária das mudanças por que passava a sociedade capitalista naquele momento histórico, entendia-se “[...] que a reforma do sistema produtivo e a difusão de conhecimentos eram os instrumentos cruciais para enfrentar ambos os desafios: construção de uma moderna cidadania e competitividade” (SHIROMA et al., 2002, p. 63), visando alavancar a modernização da economia brasileira, fator crucial para a inserção competitiva do país no mundo globalizado (HADDAD, 2008).

Como consequência desse movimento, a abordagem dos programas voltados para “qualificação/requalificação” de trabalhadores deu ênfase à necessária formação de um trabalhador flexível. Essa flexibilidade estaria expressa na sua possibilidade de gerar sua própria renda frente às condições do “novo” mercado de trabalho, marcado pela informalidade e pela terceirização (BRASIL, 1996b). Em outras palavras, o Estado reconhece a precarização do trabalho como uma situação inexorável, parte do processo de transformação da economia mundial no mundo globalizado. Nesse contexto, o trabalhador deveria ser o responsável pelo seu sustento e empregabilidade, na medida em que fosse “qualificado/requalificado” para fortalecer suas habilidades de gestão e para se comportar como um empreendedor frente às suas competências.

Indo de encontro ao afirmado acima, Secco (1995), citado por Frigotto e Ciavatta (2006, p. 80), afirma que “é possível pensar na educação na perspectiva da emancipação dos trabalhadores e, conseqüentemente, como exigência da superação sistêmica das relações capitalistas”. Trein e Ciavatta (2006), contudo, apresentam alguns questionamentos que problematizam a afirmação de Secco (2005), na medida em que se perguntam:

A formação profissional estará qualificando uma força de trabalho que hoje não é mais necessária para o atual estágio do desenvolvimento científico e tecnológico incorporado à produção? Será que a elevação da escolaridade da classe trabalhadora e seu nível de qualificação não leva a uma grande frustração dada a qualidade dos postos de trabalho existentes que, em sua maioria, exigem trabalhos simples e pouco qualificados? (TREIN; CIAVATTA, 2006, p. 114).

No mesmo texto, as autoras ainda afirmam: “Esse quadro [referindo-se a mundialização do capital] é acompanhado da ampliação dos requisitos de formação geral e técnica para trabalho simples, pelo aumento da oferta da força de trabalho qualificada, sem incremento nos salários” (TREIN; CIAVATTA, 2006, p. 99).

Ainda de acordo com Ávila (1995, p. 52 apud NEY, 2006):

[...] Entretanto, para que o governo possa instituir sistemas de formação profissional é necessário um longo tempo para a compra de equipamentos, preparação do professor e organização das escolas. Poderia ocorrer que, no momento em que tudo estivesse pronto, o mercado já não precisasse mais desse tipo de profissional. (NEY, 2006, p. 267).

À afirmação de Ávila poder-se-ia acrescentar uma questão anterior. Educar o trabalhador para realizar que tipo de trabalho, numa lógica de produção que dispensa trabalhadores? Num momento que o

capital, em crise, opta por plantas industriais que prescindem de força de trabalho e que incorporam alta tecnologia?

Dessa forma, se a escola não prepara para o mercado, como afirma Ávila; se não existe necessidade de força de trabalho, poder-se-ia pensar que a escola, ao formar, permitiria mobilidade social. Gomes (1980), no entanto, citado por Frigotto e Ciavatta (2006, p. 75) afirma: “[...] não há evidência de que a formação profissionalizante, como uma especificidade curricular, efetive maior mobilidade social”, o que referenda as afirmações de Pochmann (2004; 2006), ao dizer que a maior escolaridade também não garante, sequer, a tão propalada empregabilidade da força de trabalho.

Verifica-se, assim, que uma análise deslocada da lógica de produção pode apontar muitas funções para a escola, sem que ela efetivamente as realize.

Outra questão, fundamental para se entender a EPTM é que a relação entre trabalho e educação, na modernidade, só pode ser concebida na esteira da circulação de mercadoria. Sanfelice (1999, p. 159) afirma: “a categoria mercado com certeza é central no modelo neoliberal, porque ela seria como que o eixo em relação em relação às demais categorias e, conseqüentemente, na prática, seria em torno do mercado que se organizaria a sociedade”. Na mesma direção, Arruda e Brito (2008) afirmam:

Não entendemos que a questão central, [aquela] que mereça investigação, seja a possibilidade ou não de o ensino ser mercadoria trocada no mercado. Essa [questão] o capital já definiu com muita clareza e afinco, apenas avança no sentido de materializar a escola sob o imperialismo. Não há como tergiversar, sob o capitalismo, a tendência é que as necessidades humanas sejam satisfeitas no mercado: inclusive a educacional.

Se a análise sobre as funções da escola for radical, ver-se-á que a educação para o capital é mercadoria e, nesse sentido, qualquer que seja o ensino médio (propedêutico ou profissionalizante; integrado, concomitante ou subsequente), só será compreendido se tomado nessa perspectiva.

Frigotto e Ciavatta apresentam dados que vão ao encontro dessa tese, quando afirmam:

Quanto à expansão do ensino técnico, os dados empíricos e especialmente as avaliações qualitativas, reforçam o indício da mentalidade clientelista e “obrerista” [...] *A melhoria e expansão se ateva, sobretudo aos prédios*. O que falta, e para isso não se sente no projeto vontade política – é construir a materialidade de um projeto que rompa com a visão imediatista, mercadológica de educação [...] e busque construir uma nova função social para as escolas técnicas (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2006, p. 42, grifos nossos.).

É necessário que se diga, dessa forma, que não é por acidente, erro gerencial ou falta de competência técnica que apenas prédios foram assegurados. Os prédios escolares são importantes para dar teto aos estudantes, mas, mesmo se não há estudantes – ou condições outras para que se efetive a escolarização – as edificações já se realizaram como valor de troca. Esse é o único fato que importa para o capital: de um lado, a produção do ensino sob a forma capitalista e, portanto, como mercadoria; e de outro, a sua circulação e consumo (MARX, 1983).

Além disso, é importante frisar, por um lado, que o alargamento das fronteiras mercantis a todos os setores da vida social, logo, o empresariamento da educação no ensino profissional técnico de nível médio, é uma tendência comum ao conjunto da sociedade capitalista, não sendo, nesse sentido, um processo específico da região sul-mato-grossense. Por outro lado, contudo, o singular – no caso em questão, as empresas educacionais de ensino médio em Mato Grosso do Sul – enquanto “[...]”

manifestação, no espaço convencionado, de como leis gerais do universal operam dando-lhe uma configuração específica” (ALVES, 2003, p. 28), ganham sentido e importância exatamente quando relacionadas à totalidade da qual são parte, a sociedade capitalista. Esse sentido e importância do singular, contudo, só se manifestam na medida em que são elucidados em suas determinações últimas, a base material da sociedade, tal qual se conforma, em dado tempo e espaço.

Nessa perspectiva, durante a série histórica estudada verificou-se períodos de oscilação: ora o setor privado apresentou um crescimento maior, ora o setor estatal expandiu-se mais. De toda forma, é importante salientar que ambos estão sempre em fase de expansão. Mais ainda, embora no período de 2005-2011 a expansão do setor estatal seja maior, não é suficiente para superar a hegemonia do setor privado na educação profissional técnica de nível médio, tanto na situação brasileira, como sul-mato-grossense.

Encerrando esta conclusão, seria importante considerar alguns questionamentos que ainda permanecem. Assim, em que pese a importância do setor privado para a EPTM, ainda são poucas as pesquisas sobre a temática. Grande parte dos estudos realizados até o momento têm como foco a EPTM mantida pelo Estado. Assim, aspectos importantes sobre a atuação do setor privado nessa área – importantes, inclusive, porque auxiliariam a balizar as lutas políticas a serem travadas em torno da educação profissional técnica de nível médio – são pouco conhecidas.

A título de exemplo, cite-se a cadeia produtiva da mercadoria “educação profissional técnica de nível médio”, chegando à definição do custo-aluno da EPTM, o que ainda não se conhece. Também não foi possível obter informações mais precisas sobre a atuação de conglomerados educacionais nesse setor, o que já é uma realidade, como é o caso do grupo COC.

Além disso, seria interessante realizar o acompanhamento de grupos de egressos da EPTM privada, além da análise de suas expectativas, enquanto trabalhadores, ao realizarem tais cursos; bem como observar a relação, *a posteriori*, desses trabalhadores com o mercado de trabalho.

Referências:

- ALVES, G. L. *Mato Grosso do Sul: o universal e o singular*. Campo Grande: UNIDERP, 2003.
- ARRUDA, E. E. de.; BRITO, S. H. A. *Fundamentos da política educacional para o mundo do trabalho no contexto rural, em Mato Grosso do Sul, na década de 1990: categorias de análise*. Campo Grande: 2008. (Relatório de Pesquisa).
- ARRUDA, E. E.; KINJO, C. N. O Programa de Construção Escolar implementado em MS, no período de 1994 a 2004: um estudo da relação educação e mercado. In: ALVES, G. L. (Org.). *Pensamento e prática educacionais: entre clássicos, instituições escolares, educadores e o mercado*. Campo Grande: UNIDERP, 2007. p. 163-202.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Parecer CNE/CEB n. 16/1999*, de 5 de outubro de 1999. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília: 1999a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb016_99.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2012.
- BRASIL. *Parecer CNE/CEB n. 39/2004*. Aplicação do Decreto n. 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Brasília: 2004a. Disponível em:

- <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_parecer392004.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2012.
- _____. *Resolução CNE/CEB n. 4*, de 8 de novembro de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília: 1999b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_99.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2012.
- _____. *Lei n. 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2013.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio*: documento base. Brasília: 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12503&Itemid=841>. Acesso em: 15 out. 2013.
- _____. *Um novo modelo em educação profissional e tecnológica*. Brasília: 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/livreto_institutos.pdf>. Acesso em: 15 out. 2013.
- _____. Ministério do Trabalho. *Plano Nacional de Educação Profissional*: termos de referência dos programas de educação profissional. Brasília: 1996b.
- _____. Presidência da República. *Decreto Federal n. 2.208*, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da Lei Federal n. 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htmimprensa.htm>. Acesso em: 8 dez. 2012.
- _____. Presidência da República. *Decreto Federal n. 5.154*, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília: 2004b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 4 dez. 2012.
- _____. *Lei n. 11.195*, de 18 de novembro de 2005. Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei no 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Brasília: 2005. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm>. Acesso em: 2 out. 2012.
- _____. *Lei n. 11.741*, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília: 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm>. Acesso em: 10 out. 2012.
- BRITO, S. H. A. de. As políticas sociais voltadas para o mundo do trabalho no campo, em Mato Grosso do Sul, nos anos 1990. In: SENNA, E. et al. *Política educacional e outras políticas sociais do estado de Mato Grosso do Sul na década de 1990 (Relatório de pesquisa)*. Corumbá: 2008. p. 109-133.
- DEDECCA, C. S. Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In: OLIVEIRA, C. A. B.; MATTOSO, J. E. L. *Crise e trabalho no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1996. p. 55-85.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.). *A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico*. Brasília: INEP, 2006.
- HADDAD, S. (Org.). *Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 2008.
- IBGE. *Aspectos complementares da educação de jovens e adultos e educação profissional: PNAD 2007*. Rio de Janeiro: 2009.
- INEP. *Sinopse estatística da educação básica: 2001 a 2011*. Brasília: 2001/2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 16 fev. 2013.

- IPEA. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*. Brasília; Rio de Janeiro: IPEA, 2011.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- _____. *O capital: crítica da economia política (Livro primeiro: o processo de produção do capital)*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo; Campinas: UNICAMP, 2002.
- NEY, A. F. V. A reforma do ensino médio técnico: concepções, políticas, legislação. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.). *A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 259-281.
- SALDANHA, L. de L. W. O PRONATEC e a relação ensino médio e educação profissional. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL – ANPED SUL, 9, 2012. *Anais...* Caxias do Sul: 2012. p. 1-13. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1713/141>>. Acesso em: 15 nov. 2013.
- SANFELICE, J. L. O compromisso ético e político do educador e a construção da autonomia da escola. *Nuances*, Presidente Prudente, v. 7, p. 10-13, out. 2010.
- _____. O modelo econômico, trabalho e deficiência. In: LOMBARDI, J. C. (Org.). *Pesquisa em educação: História, Filosofia e termos transversais*. Campinas: Autores Associados, 1999. p. 151-159.
- SANTOS, M. I. dos; RODRIGUES, R. de O. Relações entre o público e o privado na educação profissional e tecnológica: alguns elementos para a análise do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). *Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia*, Canoas, v. 1, n. 2, p. 1-15, 2012.
- SCHULTZ, T. W. *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- SHIROMA, E. O. et al. *Política educacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- SOUZA, A. A. A. de; ARRUDA, E. E. de; LIMA, M. F. E. M.; PEREIRA, S. M. Sobre(o) viver de crianças e adolescentes: uma reflexão acerca do método de pesquisa. *Intermeio*, Campo Grande, v. 9, n. 18, p. 104-117, 2003.
- TREIN, E.; CIAVATTA, M. A produção capitalista, trabalho e educação: um balanço da discussão nos anos 1980 e 1990. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.). *A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico*. Brasília: INEP, 2006. p. 97-116.

Notas:

- ¹ Professora e pesquisadora do Curso de Psicologia/CCHS/UFMS. Atua nas áreas de Economia e Políticas de Educação. E-mail: elciaarruda@terra.com.br.
- ² Professora e pesquisadora do PPG em Educação e Curso de Ciências Sociais/CCHS/UFMS. Atua nas áreas de História e Políticas de Educação. E-mail: silvia.brito@ufms.br.
- ³ Mato Grosso do Sul foi o lócus investigado em uma pesquisa intitulada “Expansão e empresariamento da educação profissional em Mato Grosso do Sul”, financiada pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul – FUNDECT/MS. Por isso alguns dados da referida pesquisa serão apresentados, a título de exemplo, neste artigo.
- ⁴ As mudanças na legislação, introduzidas pela Lei n. 11.741, de 2008 (BRASIL, 2008), referentes à educação profissional técnica de nível médio, originaram o Art. 36-B da LDBEN.

Recebido em: 08/2014

Publicado em: 02/2015.